



Alexandre, o pequeno: Marx e a abolição da servidão na Rússia

Alexander, the unamazing: Marx and the abolition of serfdom in Russia

Gabriella M. Segantini Souza*

Resumo: em 1858, Marx escreveu dois artigos para o jornal ianque *New York Daily Tribune* tratando dos preparativos do czar Alexandre II para a abolição da servidão. O presente artigo tem por objetivo analisar como nesses artigos o Estado e o Direito aparecem no tratamento de Marx sobre a servidão russa à luz da relação entre o Estado, a nobreza e os servo. Enquanto o autor renano demonstra a todo tempo que o Estado e o Direito russos não possuíam efetivamente qualquer função de progresso na Rússia, para Marx existia no desenvolvimento da questão da emancipação dos camponeses enservados ao final da década de 1850 e nas tensões entre o Estado, a aristocracia e os servos russos um real potencial para mudanças profundas na outrora retrógrada Rússia.

Palavras-chave: Marx; Rússia; Abolição da servidão; Emancipação dos servos; Camponeses; Aristocracia; Czarismo; Estado; Direito

Abstract: in 1858, Marx wrote two articles for the Yankee newspaper *New York Daily Tribune* dealing with the preparations of Tsar Alexander II for the abolition of serfdom. The present article aims to analyze how in those articles the Russian state and law appear in Marx's treatment of the Russian serfdom in light of the relationship between the state, the nobility and the serfs. While the Rhenish author demonstrates at all times that the Russian state and law did not have a progressive role in Russia, for Marx in the development of the question of the emancipation of enserfed peasants the end of the 1850s and in the tensions between the state, the Russian aristocracy and bonded peasants there was a real potential for profound changes in the once retrograde Russia.

Keywords: Marx; Russia; Abolition of serfdom; Emancipation of the serfs; Peasants; Aristocracy; Czarism; State; Law.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar o tratamento de Marx acerca da questão da abolição da servidão na Rússia nos artigos escritos pelo autor renano para o *New York Tribune* em outubro e dezembro de 1858 (*The question of the abolition of serfdom in Russia* e *The emancipation question, parte I e II*), abordando a forma como aparecem nesses artigos o Estado e o Direito russos e como Marx os relaciona ao desenvolvimento russo. Embora este artigo se dedique ao tratamento de Marx sobre a abolição da servidão russa, priorizando análise dos textos do *New York Daily Tribune*, também será feito uso de outros textos do autor pertinentes ao estudo da

* Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. *E-mail:* gabriella.segantini.souza@gmail.com.

servidão russa. Outrossim, também será empregada bibliografia complementar de textos de outros autores que trataram da servidão russa e alguns aspectos de sua abolição. Recorreremos a esses outros autores com o intuito de obter uma compreensão mais aprofundada das particularidades da servidão russa e da forma como foi abolida a fim de auxiliar na análise de como a servidão e a emancipação dos servos aparecem nos textos de Marx, bem como para contribuir com a exposição do tema para o leitor brasileiro, talvez pouco familiarizado com a história da Rússia antes de 1905.

Este artigo não pretende apresentar um tratamento completo da questão da Rússia na obra de Karl Marx, mas somente tratar de um aspecto pontual dos estudos do autor sobre aquele país e como ali aparecem o Estado e o Direito. Ademais, o objeto deste texto se insere em um problema muito maior do que a discussão de Marx sobre a abolição da servidão e do papel da política e do direito, a saber, a investigação de como se coloca a miséria russa na obra de Marx e como se desenvolveu a análise das problemáticas russas dentro da crítica à economia política. De modo semelhante, o presente artigo também se insere em uma pesquisa de maior escopo promovida pela autora deste texto, tratando-se do estudo de como se desenvolve a forma através da qual Marx aborda o potencial de uma revolução na Rússia entre 1848 e 1883.

As particularidades da servidão russa

Em 1861, o czar Alexandre II aboliu por decreto a servidão na Rússia. A longevidade da qual desfrutou um instituto de ares tão feudais na Rússia já muito nos indica sobre a particularidade da servidão russa. Basta, por exemplo, lembrarmos-nos como na Inglaterra o instituto da servidão já havia desaparecido quase que de forma absoluta na segunda metade do século XIV, sendo que já no século XV a maioria da população inglesa era composta de “camponeses livres, economicamente autônomos” (Marx, 2017, p. 788). Na Rússia, a servidão não só foi abolida de forma tão tardia — comparada a outros países europeus que também possuíram formas semelhantes de organização do trabalho —, mas ela também se desenvolveu ali de forma tardia.

Em geral, tanto a tradição historiográfica russa antes e durante a União Soviética, quanto ocidental traçam as origens da servidão na Rússia até os séculos XVI e XVII (Stanziani, 2018; Robinson, 1932). Ainda que as origens da transformação de camponeses outrora livres em servos possam ser encontradas nos séculos XIII, XIV e XV (Blum, 1961, p. 219), é nos séculos XVI, XVII que as tendências de enervamento

dos camponeses se intensificam — as quais se consolidariam na lei russa de forma definitiva no final do século XVII e no XVIII —, uma vez que até o século XVI, as obrigações que um camponês devia ao senhor das terras em que vivia se mantiveram relativamente estáveis, sem grandes aumentos (Blum 1961, p. 221).

Entre os séculos XVI e XVII, a Rússia viveu uma grande expansão dos direitos da nobreza russa sobre as terras camponesas e, portanto, sobre seus ocupantes, acarretando também um crescimento das obrigações e encargos decorrentes dessa autoridade crescente e tornando o camponês russo cada vez mais preso à terra e ao seu senhor (Robinson, 1932). As obrigações devidas pelos camponeses foram sendo convertidas em obrigações monetárias (*obrok*) e a *barshchina* (trabalho obrigatório do camponês para o senhor) foi se tornando cada vez mais comum e foi aumentada de um dia de trabalho por semana a dois a três dias de trabalho por semana, de modo que o total das obrigações a serem prestadas pela família camponesa foram somente crescendo (Blum, 1961, p. 220). Enquanto o camponês inglês já era livre e autônomo há quase dois séculos, durante o século XVI o camponês russo se aproximava cada vez à condição de servo, ainda que a lei russa ainda não o reconhecesse oficialmente como servo.

No concernente às leis relativas à organização do trabalho no campo e à servidão, a legislação russa do século XVII muito contribuiu com a fixação dos camponeses à terra, principalmente com a finalidade de facilitar a cobrança de impostos. Em novembro de 1601, um *ukase* de Boris Godunov, que era o regente na época, estabeleceu a proibição de que os servos viajassem livremente pela Europa, vinculando-os à terra em que nasceram (Marx, 2010b, p. 139) e 48 anos depois, o famoso Ulozhenie de 1649 consolida ainda mais a ligação do camponês à terra e à autoridade do senhor (Robinson, 1932, p. 20). Além disso, nos séculos XVI e XVII o Estado moscovita colocou em vigor diversas leis que instituíam o registro das terras e das almas¹ associadas a elas com a finalidade de aumentar a receita tributária e o alistamento militar compulsório, acabando por limitar a mobilidade dos servos (Stanziani, 2018). Entre os séculos XVI e XVIII, vai sendo extinta a possibilidade de encerrar a relação de obrigação e vinculação do camponês ao seu senhor, uma vez que se excluía progressivamente a possibilidade de o camponês quitar suas obrigações

¹ A partir da era Petrina (reinado do czar Pedro, o Grande), passou-se a se referir por almas (*dushi* ou души) os camponeses tributáveis, sujeitos ao imposto por cabeça ou imposto das almas (*poduchnaia podat* ou подуш[ная] подать).

com o seu senhor e de se tornar um homem livre, inclusive em razão de empréstimos contraídos pelos camponeses com os senhores das terras para arcar com os pagamentos e serviços devidos pelo uso da terra, os quais eram acordados com o senhor (Robinson, 1932, p. 19).

Entretanto, até o século XVIII, a transformação do camponês em servo por parte da nobreza rural, a progressiva submissão daqueles à condição de propriedade privada desta ainda se colocava como uma usurpação ilegal por parte dos boiardos (Marx, 2010b, p. 139). É só no século XVIII, durante o reinado de Pedro, o Grande e de Catarina, a Grande, que os camponeses se tornam servos na lei russa. Dessa forma, quando com as “revoluções de tipo europeu” (Marx, 2020, p. 323) já havia triunfado a burguesia e havia sido proclamada uma “nova ordem política para a nova sociedade europeia” (Marx, 2020, p. 323), o século XVIII na Rússia foi marcado pelo desenvolvimento da servidão de forma intensiva e extensiva e de um fortalecimento da nobreza russa (Robinson, 1932, p. 25). Durante o reinado de Pedro, o Grande (1682-1725), o czar torna legal o enservamento dos camponeses pela nobreza (Marx, 2010b, p. 139) e passou a reconhecer a hereditariedade do poder da nobreza agrária sobre os servos, consolidando esses nobres como senhores hereditários das almas de terras. Durante o reinado de Pedro, os camponeses que viviam numa dada propriedade foram transformados em propriedade privada e hereditária do nobre a quem pertencia aquela terra (Marx, 2010b, p. 139). A nobreza adquiriu ainda o poder de vender seus servos, seja de forma individual ou em lotes, juntos ou separados da terra, bem como se tornou legalmente responsável por seus servos e pelos impostos devidos por eles ao governo (Marx, 2010b, p. 139).

Além de consolidar os privilégios da nobreza e consumir sua emancipação em relação ao Estado russo na sua Carta Régia à Nobreza de 1785², Catarina II teve um papel central na fixação dos camponeses enquanto servos. Na Carta de 1785 a czarina

² Pedro, o Grande tornou também obrigatório que os integrantes da nobreza russa servissem ao Estado russo durante toda sua vida adulta, colocando toda a classe nobre russa a serviço do czar. Contudo, enquanto a lei russa só aboliria a servidão em 1861, a obrigação da nobreza de servir ao Estado russo foi abolida já em 1762 mediante o Manifesto de Pedro III, o qual abolia a obrigatoriedade dos serviços da nobreza ao Estado instituída por Pedro, o Grande e estabelecia que o serviço ao Estado só seria obrigatório para os nobres em caso de emergências públicas, marcando o começo do que ficou conhecido como a emancipação da nobreza russa que seria levada a cabo no reinado de Catarina, a Grande. A consumação dessa emancipação por Catarina teria se dado em 1785 com sua Carta Régia da Nobreza, que consistia em um estatuto definindo a nobreza russa, seus privilégios e de seu papel na sociedade russa, substituindo o caos da antiga profusão de leis repetitivas e contraditórias que tratavam do mesmo objeto por um único texto legal e fortalecendo o domínio dos nobres e, portanto, a lealdade da nobreza com a czarina (Jones, 1973).

reconheceu definitiva e oficialmente o servo como propriedade privada do nobre, tornando o camponês em situação servil absolutamente submetido à autoridade despótica de seu senhor (Jones, 1973, p. 291). Por demais, embora as leis russas que tratavam da relação entre senhor e servo supostamente obrigassem o nobre a alimentar seus servos e o impedia de exercer violência exagerada ou crueldade contra seus servos, “the law did not even go so far as to provide a specific punishment for a landlord who tortured a peasant to death — a thing by no means unheard of in this enlightened time”³ (Robinson, 1932, p. 28). Durante todo o reinado de Catarina II só foram registrados 20 casos de senhores punidos por crueldade contra seus senhores — e considerando que um servo que fizesse reclamações contra seu senhor poderia ser punido por flagelação e exílio para trabalhos forçados na Sibéria, esse pequeno número se torna ainda mais esclarecedor. Assim, “for them [bondaged plowmen and courtyard people] the century of the Enlightenment was a century of abysmal darkness and depression”⁴ (Robinson, 1932, p. 27).

Assim, ao longo dos reinados de Pedro, o Grande e Catarina, a Grande as prerrogativas dos senhores sobre os seus servos iam se assomando a tal ponto que o nobre exercia poderes dos mais diversos sobre a vida do camponês. O nobre poderia como bem quisesse, para citar apenas alguns: aumentar ou reduzir as terras da vila camponesa ou da família camponesa individual; aumentar as obrigações e serviços devidos pelo camponês; interferir na distribuição e redistribuição das terras comunais; apreender os bens móveis do camponês; limitar as relações do camponês com pessoas de fora da propriedade; decidir sobre o casamento do camponês (Robinson, 1932). Por exemplo, Robinson (1932, pp. 27-28) aponta que durante o reinado de Catarina II ocorreu um enorme aumento no *obrok*⁵ pago pelos camponeses aos senhores, podendo esse aumento ser estimado em cerca de 100%; ademais, nas terras em que as obrigações dos servos com seus senhores eram pagas na forma da *barshchina*⁶ o número de dias de trabalho nas terras senhoriais podiam chegar até 5 dias, durante os quais as terras do camponês ficariam sem ser semeadas e sua colheita apodreceria na terra (Robinson, 1932, p. 28).

³ A lei não chegava longe o suficiente a ponto de providenciar uma punição específica para um senhor de terras que torturasse um camponês até a morte — algo de forma alguma inaudito nessa Era Iluminada. (tradução livre)

⁴ Para eles (lavradores tornados servos e servos de pátio) o século do Iluminismo foi um século de escuridão abismal e depressão. (tradução livre)

⁵ Espécie de pagamento monetário pelo uso das terras.

⁶ Espécie de pagamento em forma de trabalho forçado pelo uso da terra.

Mas se por um lado a nobreza tornava cada vez mais miserável a vida do servo russo — e o a mão de ferro do Estado russo muito bem se assegurava disso —, de outro, esses nobres encontravam no camponês uma feroz resistência. O reinado de Catarina II foi marcado por diversas revoltas camponesas, tendo nos anos de 1773 a 1775 a Rússia sido palco da maior revolta cossaca-camponesa de sua história, a revolta de Pugachev. Em 1773, logo depois de deixar uma prisão de Kazan e fazendo-se passar czar Pedro III — que já estava morto desde 1762 —, cossaco Pugachev reuniu em torno de si uma força considerável de camponeses e cossacos e espalhou terror pelas províncias dos Urais, invadindo diversas propriedades da nobreza e executando famílias nobres inteiras (Robinson, 1932, p. 31). O exército de Pugachev conseguiu em derrotar as primeiras forças do Exército Russo enviadas pela czarina para reprimir a revolta e em tomar a cidade de Kazan (Robinson, 1932, p. 32). A fúria dessa revolta foi, contudo, recebida com uma reação da czarina em igual fúria, tendo sido a revolta duramente reprimida, os cossacos e os camponeses dispersados e Pugachev executado (Robinson, 1932).

Outras revoltas camponesas eclodiram no século XVIII, mas nenhuma com as proporções da revolta de Pugachev, e todas elas — incluindo a pugachevshchina — fracassaram em melhorar a condição dos servos russos. Depois que os camponeses e os cossacos de Pugachev foram duramente reprimidos e o incitador da revolta executado, Catarina se tornou uma ansiosa adepta do reacionarismo. Depois da revolta, a czarina nunca mais fez menção a qualquer reforma na organização do trabalho servil para reduzir a tirania à qual era submetido o servo, tendo concluído que o controle absoluto dos servos pelos nobres era um mal menor comparado à possibilidade de perda do controle dos servos (Jones, 1973, p. 292)⁷. Evidência disso é a já mencionada Carta Régia de 1785, o texto legal mais simbólico da aliança entre o Estado e a nobreza russa em prol da garantia da ordem na Rússia. Nessa Carta Régia, reconhecia-se os privilégios da nobreza e os fortalecia, inclusive como uma reação à pugachevshchina, que ameaçava esses próprios privilégios, bem como se dava reconhecimento definitivo do servo como uma propriedade do nobre.

Não é por razão alguma que o século XVIII tenha ficado conhecido na história

⁷ Depois da pugachevshchina, qualquer potencial revolucionário que os cossacos tinham nesse momento foi suprimido — parte dos cossacos se tornou proprietária de terras, convertendo-se em nobreza pequeno russa (ucraniana), parte foi transformada em um serviço militar especial e parte foi despida completamente de qualquer elemento que os distinguiu efetivamente do camponês comum. Sobre isso, cf. Robinson, 1932.

rusa como a “Era de Ouro da Nobreza Russa” (Robinson, 1932), embora não seja pelas razões que se costuma atribuir, pois não se trata de um período de verdadeiros avanços civilizatórios. Pelo contrário, as reformas levadas a cabo pelos “grandiosos” Pedro e Catarina nada mais fizeram do que introduzir na Rússia “*sham and show*”⁸ (Marx, 2010b, p. 147) de civilização, apesar das palavras grandiosas proferidas por Catarina II no começo de seu reinado. Em verdade, esse período pode ser dito a “Era de Ouro da Nobreza Russa”, pois nunca antes pareceu tão sólida a base social de sua dominação, nunca antes seu poder pareceu tão absoluto e inquebrável. Nesse período se solidificou a servidão do camponês russo, foi o século do triunfo do sistema servil, da exploração mais brutal e absoluta do servo por seus senhores. Como indica Geroid T. Robinson,

not in absence of opposition, but in spite of it, about nineteen and one-half million of persons stood bonded to the landlords in 1797, while the State peasantry [...] numbered about fourteen and one-half million — some thirty-four millions altogether, in a total population of thirty-six (Robinson, 1932, p. 33)⁹.

Assim, esse período terminou por prender à terra e à tirania da nobreza e do Estado cerca de 94% de toda a população russa, solidificando as bases da dominação da aristocracia russa. Contudo, nessas bases foram se mostrando cada vez mais as rachaduras, até que chegamos no final da década de 1850, às vésperas da abolição da servidão.

Marx e as preparações para a emancipação dos servos: “The question of the abolition of serfdom in Russia”

Quando era correspondente do jornal norte americano *New York Daily Tribune*, Marx escreveu dois artigos tratando das propostas do czar Alexandre II para a abolição da servidão, um escrito e publicado em outubro de 1858 — *The Question of the abolition of serfdom in Russia* — e outro escrito em dezembro de 1858 e publicado em duas partes em janeiro de 1859 — *The Emancipation Question*. Trataremos primeiro do texto de outubro, que trata do momento em que foram tornados públicos os preparativos do czar para a emancipação, com a convocação dos nobres a São Petesburgo para discutirem a questão dos servos. Depois trataremos dos textos de

⁸ Farsa e espetáculo. (tradução livre)

⁹ Não com ausência de oposição, mas apesar dela, cerca de dezenove e meio milhões de pessoas estavam enservadas aos senhores de terras em 1797, enquanto o campesinato do Estado somava cerca de quatorze e meio milhões — um total de trinta e quatro milhões, numa população de trinta e seis. (tradução livre)

dezembro, os quais abordam os princípios propostos pelo czar para a abolição da servidão.

No segundo semestre do ano de 1858 — o terceiro ano de reinado do filho de Nicolau I e dois anos depois do fim da Guerra da Crimeia (1853-1856) —, a questão da abolição da servidão havia chegado a um ponto de inflexão durante o reinado do czar Alexandre II. Em outubro desse ano, Marx escreve o artigo *The question of the abolition of serfdom in Russia* enquanto correspondente do jornal ianque New York Daily Tribune para explicar as circunstâncias dessa inflexão, sobretudo as que provocaram as movimentações do czar, além de tratar do estado geral de ânimos entre os russos naquele momento.

Escreveu Marx que em 1858, o czar havia sido levado a um “*extraordinary step*”¹⁰ (Marx, 2010b, p. 51) em relação a questão da servidão com a convocação a São Petesburgo de um conselho geral de nobres para fins de discussão da abolição da servidão, tendo dessa convocação surgido o chamado *Chief Peasant Question Committee*¹¹. Esse passo indicou uma virada séria na questão dos servos russos, na medida que Alexandre II (que de forma alguma não era o primeiro czar a flertar com a emancipação dos servos) avançava na questão de forma definitiva em seus planos para libertar os servos, diferentemente do que haviam feito seus antecessores, inclusive seu pai, Nicolau I e seu tio, Alexandre I. Contudo, e Marx bem o ressalta, é importante notar que o czar não avançava com a questão da emancipação por qualquer tipo de sentimento humano ou vontade pessoal, ele fora forçado, levado a, “*driven to*”¹² (Marx, 2010b, p. 51) a tal passo por contingências que o impediam de desviar de uma

¹⁰ Passo extraordinário.

¹¹ Segundo a nota 46 na Marx Engels Collected Works, “the Chief Peasant Question Committee is the name given in January 1858 to the Secret Committee “for discussing measures to arrange the life of the landowners’ peasants” which began its sittings on January 3, 1857 with Alexander II as chairman. The aim of the Chief Committee was to consider “the decisions and proposals concerning serfdom”. The Grand Duke Constantine was among its members. In November 1857 a rescript was issued inviting each gubernia to form landowners’ committees for the purpose of drafting the conditions for the abolition of serfdom. Such committees were set up in all gubernias in the course of 1858. Their composition varied, the majority consisting of big serfowners and the minority, of liberal landowners.” (MECW, p. 648) [o Chief Peasant Question Committee é o nome dado em janeiro de 1858 ao Comitê Secreto “para discutir medidas para organizar a vida dos camponeses dos senhores de terras”, o qual iniciou seus encontros em 3 de janeiro de 1857, com Alexandre II como diretor. O propósito do Chief Committee era considerar as “decisões e propostas relativas à servidão”. O Grão Duque Constantine estava entre seus membros. Em novembro de 1857, uma ordem imperial foi emitida convidando cada gubernia a formar um comitê de proprietários de terras com o propósito de redigir as condições da abolição da servidão. Esses comitês foram formados em cada gubernia ao longo de 1858. Sua composição variava, a maioria consistindo de grandes senhores e servos e a minoria de proprietários de terras liberais]. (tradução livre)

¹² Levado a. (tradução livre)

discussão séria sobre a abolição da servidão, as quais serão discutidas mais à frente.

Ao contrário do que esperava Alexandre II (Marx, 2010b, p. 53), não se avançava com a questão com boa vontade da nobreza russa. Pelo contrário, os avanços na questão propostos pelo czar eram recebidos com aberta resistência no próprio comitê por ele convocado para tratar da abolição, bem como dos diversos comitês provinciais cuja criação o governo havia ordenado em 1857 (cf. nota nº 10). Sobre os trabalhos iniciais da comissão, Marx escreve que

The labors of the "Chief Peasant Question Committee" have proved little better than abortive, and only led to fierce quarrels among its own members, quarrels in which the Chairman of that Committee, the Grand Duke Constantine¹³, sided with the old Russian party against the Czar¹⁴(Marx, 2010b, p. 51).

Essa atuação quase abortiva do Comitê Central também se repetia nos Comitês Provinciais, em que os nobres pareciam em grande parte ter abraçado a oportunidade concedida pela discussão oficial acerca dos passos preparatórios para a emancipação não com a finalidade de debater as condições do fim da servidão e fazer avançar a discussão, mas sim com a finalidade de turvar a questão. Ou seja, aquilo que Alexandre II queria que fossem os nobres russos para a emancipação dos servos — instrumentos nas grandiosas mãos libertadoras do czar —, esses nobres não mostravam de forma alguma dispostos em sê-lo.

Marx ressalta que certamente havia dentre a nobreza russa alguns que apoiavam em maior ou menor medida, um “*abolitionist party*”¹⁵ (Marx, 2010b, p. 51), como diz o autor renano¹⁶. Mas de forma alguma podemos superestimar o tamanho ou influência desse grupo, eis que era composto por uma minoria numérica e de forma alguma havia dentre eles qualquer tipo unidade quanto aos pontos mais importantes da questão — em verdade, Marx aponta que a moda dentre a nobreza era se declarar contrário à servidão, mas defender que fosse conduzida de tal forma que se tornasse uma mera farsa (Marx, 2010b, p. 51). Assim, a posição predominante da nobreza quanto à emancipação, senão uma aberta resistência, era de um apoio morno, o que não era nada além do esperado da classe que se beneficiava diretamente da

¹³ O Grão-Duque Constantino era o irmão mais velho de Nicolas I e Alexandre I.

¹⁴ os trabalhos do Comitê Central da Questão Camponesa se demonstraram pouco mais do que abortivos e só levaram a fortes disputas entre seus membros, disputas nas quais o presidente daquele comitê, o Grão Duque Constantine, se posicionou com o velho partido russo contra o czar. (tradução livre)

¹⁵ Partido abolicionista. (tradução livre)

¹⁶ Geroid T. Robinson se propõe a explicar algumas das razões pelas quais havia dentre os nobres russos alguns que defendiam o fim da servidão; cf. Robinson, 1932, p. 57-58.

exploração dos servos. Como bem explica Marx,

It is a story as old as the history of nations. In fact, it is impossible to emancipate the oppressed class without injury to the class living upon its oppression, and without simultaneously discomposing the whole superstructure of the State reared on such a dismal social basis. When the time of change arrives, much enthusiasm is at first manifested; joyful felicitation upon mutual good will is dealt in, with great pomp of words as to the general love of progress, and so forth. But so soon as words are to be exchanged for deeds, some retire in fright at the ghosts raised, while most declare themselves ready to stand and fight for their real or imaginary interests. (Marx, 2010b, p. 52)¹⁷

Ou seja, no momento inicial em que se tomou conta de que o tempo da servidão estava se aproximando do fim, que o tempo de mudança se aproximava e em que disso se deram conta, muito se felicitou quanto ao progresso que finalmente chegaria à Rússia. Não obstante, isso se colocava na cabeça e na boca dos nobres somente como uma bela frase que de forma alguma pretendiam tornar efetiva. Eis que no momento no qual o czar começa a dar indícios de querer transformar em ação a frase da emancipação, de fazer valer suas promessas de abolição a nobreza recua assustada diante da ameaça aos seus interesses (sejam reais ou imaginários) e se horroriza diante da possibilidade da dissolução efetiva da base social de sua dominação. E em verdade, não haveria como esperar que ela agisse de forma diferente (Marx, 2010b, p. 52). Com que razão se esperaria que a nobreza russa, a própria classe que vivia da servidão, abrisse mão voluntariamente dessa base social, que com suas mãos elas destruísse as bases de sua dominação, a exploração dos servos?

Isso tudo se agravava diante da situação em que as finanças da aristocracia russa se encontrava. Como expõe Marx, os nobres russos ressaltavam que antes mesmo da abolição já era difícil a obtenção de empréstimos assegurados pela propriedade da terra em certas províncias graças à incerteza generalizada provocada pela depreciação iminente do valor da propriedade da terra. E mais, como os proprietários de terras cumpriram com suas obrigações com o governo, indagavam os nobres — e grande parte das propriedades da Rússia eram hipotecadas ao próprio Estado russo. O que seria dos vários nobres que viviam das obrigações devidas por

¹⁷ É uma história tão antiga quanto a história das nações. De fato, é impossível emancipar a classe oprimida sem danos à classe vivendo sob sua opressão e sem simultaneamente decompor toda a superestrutura do Estado baseada em uma base social tão sombria. Quando o tempo de mudança chega, muito entusiasmo é de início manifestado; felicitação alegre quanto à boa vontade mútua é tratada, com grande pompa quanto o amor geral pelo progresso e assim em diante. Mas assim que palavras estão para ser trocadas por atos, alguns recuam atemorizados diante do fantasma levantado, enquanto a maioria se declara pronta para se erguer e lutar por seus interesses reais ou imaginários. (tradução livre)

seus servos instalados nas cidades? E os boiardos que possuíam um limitado número de servos e propriedades de terras igualmente limitadas? O que seria deles se cada servo emancipado recebesse uma pequena parcela de terra, conforme pretendia o czar? E depois da emancipação, que tipo de limite efetivo contra o poder imperial restaria à disposição dos nobres? Afinal, o fim da servidão representaria uma séria redução no poder político que estavam acostumados a exercer, sem mencionar que a abolição da servidão pelo czar não era para a nobreza nada senão uma séria interferência do Estado em seus assuntos. Esses eram alguns dos pontos discutidos pela nobreza e formavam “so many strong positions behind which the friends of serfdom pitch their tents”¹⁸ (Marx, 2010b, p. 52).

Mas apesar disso tudo, Alexandre II supunha que os nobres russos, submeteriam-se às ordens imperiais sem recuar ou oferecer resistência. Não só isso, o czar esperava que até mesmo considerariam “*a mark of honor*”¹⁹ (Marx, 2010b, p. 53) que lhes fosse permitido “*through the instrumentality of their several committees*”²⁰ (Marx, 2010b, p. 53) que pudessem tomar parte ativa nesse grande drama (Marx, 2010b, p. 53). Entretanto, assim como é de se esperar que a nobreza resistisse aos planos de abolição, tampouco o equívoco de Alexandre II se deveu exclusivamente a suposições gratuitas do czar. Em verdade, até aquele momento a nobreza russa estava acostumada a se submeter às ordens imperiais. Embora Marx não traga no texto as razões pelas quais a nobreza russa até então estava habituada a se submeter às ordens imperiais sem muita resistência às ordens imperiais, podemos supor que tenha relação com a eficácia com a qual Nicolau I e o Conde Beckendorf promoveram o esmagamento do levante dezembrista em 1825 (Herzen, 2013, p. 165).

Depois de 1825, quando membros republicanos da aristocracia russa (principalmente oficiais do exército) se levantaram contra o czarismo (cf. Yarmolinsky, 1956), qualquer caráter minimamente progressista que algum dia tenha existido na nobreza russa foi aniquilado, tendo ela perdido, na dicção romântica de Alexandre Herzen²¹, “as noções, fracamente assimiladas, de honra e mérito [...] tudo que havia

¹⁸ Tantas posições fortes atrás das quais os amigos da servidão montavam suas tendas. (tradução livre)

¹⁹ Um distintivo de honra. (tradução livre)

²⁰ Por meio da instrumentalidade de seus vários comitês. (tradução livre)

²¹ Marx e Engels chamavam Alexandre Herzen de um “beletrista” (Marx, 2013, p. 54), pois lhe faltaria rigor científico. Ao apêndice à primeira edição de O Capital (removido já na segunda edição alemã), Marx escrevia que Herzen havia descoberto o ‘comunismo russo’ em Haxthausen (Marx, 2013, p. 54). Herzen possuía também, por sua vez, certa aversão a Marx, mas não por um confronto de ideias, mas sobretudo em razão da relação conflituosa entre o autor alemão e Mikhail Bakunin, amigo de Herzen. Em 1869, Herzen teria afirmado que toda sua hostilidade com Marx e os marxistas se deveria a Bakunin,

nela de nobre e magnânimo esgotava-se nas minas da Sibéria” (Herzen, 2013, p. 163)²². E assim, quando 33 anos depois dos dezembristas a nobreza sai de seu covarde servilismo e resiste às ordens do czar, ela o fez pelas razões mais vis e egoístas, a manutenção de uma das formas mais brutais de exploração do trabalho — e talvez não seja nada menos que natural que ela assim agisse, pois como aludido acima por Marx, “*it is a story as old as the history of nations. In fact, it is impossible to emancipate the oppressed class without injury to the class living upon its oppression*”²³ (Marx, 2010b, p. 52), apesar de qualquer “honra e mérito” que Herzen enxergasse nessa classe.

Entretanto, como já adiantado acima, tampouco podemos superestimar os motivos pelos quais Alexandre II pretendia abolir a servidão e atribuir ao czar algum tipo de sentimento humanitário ou compadecimento pelos camponeses. Para o filho de Nicolau I, abolir ou não a servidão consistia em uma escolha entre despertar ou não os elementos adormecidos (Marx, 2010b, p. 53). O czar temia que, caso ele mesmo não abolisse a servidão e libertasse os camponeses em seus termos — ainda que comprometendo as bases sob as quais assentava a velha sociedade russa —, esses elementos adormecidos não dormiriam por muito mais tempo e logo destruiriam com suas próprias mãos, arrancando tijolo por tijolo, as bases de sua exploração. E isso não se trata de mera suposição gratuita por parte de Marx, eis que em 1856 Alexandre II teria dito que “*it were better that the emancipation came from above, than from below*”²⁴ (Robinson, 1932, p. 61). O uso do Direito aqui possui uma função evidentemente conservadora, de evitar que os inflamados camponeses russos transformassem com suas próprias mãos a sociedade russa de maneira radical. Alexandre II sabia bem que uma reforma da sociedade russa feita por cima, isto é, uma reforma promovida pelo Estado por meio do Direito traria menos riscos do que se fosse deixado nas mãos dos servos que conquistassem sua própria liberdade, pois uma

tendo inclusive se surpreendido em 1869 ao descobrir que Marx e Bakunin trocavam correspondências entre si e que Bakunin tinha planos de traduzir O Capital para o russo. Sobre isso, (apesar de alguns equívocos teóricos). cf. Mervaud, 2012).

²² Depois do levante de dezembro de 1825, grande parte dos participantes da insurreição — em sua maioria, nobres em serviço militar — foram condenados ao exílio na Sibéria ou a serviço militar no Cáucaso, com exceção de cinco dos idealizadores da conspiração, o coronel Pavel Pestel, Kondraty Ryleyev, o tenente-coronel Sergey Muravyov-Apostol e o tenente Bestuzhev-Ryumin. (cf. Yarmolinsky, 1956)

²³ É uma história tão antiga quanto a história das nações. De fato, é impossível emancipar a classe oprimida sem danos à classe vivendo sob sua opressão e sem simultaneamente decompor toda a superestrutura do Estado baseada em uma base social tão sombria. (tradução livre)

²⁴ Seria melhor que a emancipação viesse de cima do que de baixo. (tradução livre)

vez esses camponeses começassem pela abolição da servidão, nada garantiria que parariam por aí. Isso tampouco é uma suposição tirada de lugar algum. Teria sido dito por Catarina II — antes da *pugachevshchina*, quando a imperatriz passou a adotar uma postura reacionária (Jones, 1973, p. 295) — e repetido por Nicolas II que caso não se modificasse a servidão russa, os servos tomariam a questão em suas próprias mãos (Robinson, 1932, p. 61). Pode-se supor que também tenha vindo a Alexandre II essa realização.

Alexandre II tinha plena consciência de que de a guerra que lhe fora legada pelo pai (Guerra da Crimeia) havia exigido enormes sacrifícios do povo russo, como Marx explica. Sobre a extensão desses, Marx diz

Sacrifices, the extent of which may be estimated from the simple fact that, during the epoch commencing in 1853 and ending in 1856, the paper money of forced currency was increased from three hundred and thirty-three millions to about seven hundred millions of roubles; all this increase of paper money representing, in fact, but taxes anticipated²⁵ (Marx, 2010b, p. 53)

Para amenizar o golpe desses sacrifícios, Alexandre II tomou o exemplo de seu tio, Alexandre I, que durante a invasão da Rússia pela *Grande Armée* de Napoleão de 1812, motivava os camponeses a lutar contra os franceses com promessas de dar fim à servidão. Contudo, ele não poderia fazer o mesmo que o tio e quebrar as promessas feitas aos camponeses. Como explica Marx

The war, moreover, led to a humiliation and a defeat, in the eyes at least of the serfs, who cannot be supposed to be adepts in the mysteries of diplomacy. To initiate his new reign by apparent defeat and humiliation, both of them to be followed by an open breach of the promises held out in war-time to the rustics, was an operation too dangerous even for a Czar to venture upon.²⁶ (Marx, 2010b, p. 53)

Muitos sacrifícios foram exigidos dos camponeses e muitas promessas lhes foram feitas para que suportassem os custos daquela guerra que lhes pesava nas costas como um fardo, tudo isso para que ao fim a guerra o único espólio de guerra da Rússia tenha sido humilhação e derrota — ao menos no olhar dos camponeses, dos

²⁵ Sacrifícios cuja extensão pode ser estimada pelo simples fato de que, durante a época iniciada em 1853 à terminada em 1856, o papel moeda de curso forçado foi aumentado de trezentos e trinta e três milhões para cerca de setecentos milhões de rublos; todo esse aumento de papel moeda representando, de fato, nada senão impostos antecipados. (tradução livre)

²⁶ A guerra, além disso, levou a humilhação e derrota aos olhos dos servos, os quais não se pode supor que sejam adeptos aos mistérios da diplomacia. Iniciar seu novo reinado pela aparente derrota e humilhação, ambas a ser seguidas por um descumprimento aberto das promessas feitas durante a guerra aos rústicos era uma operação perigosa demais até para um czar se aventurar. (tradução livre)

quais não se espera que sejam adeptos aos mistérios da diplomacia (Marx, 2010b, p. 53). Diante dessa situação, abandonar as promessas feitas aos servos seria um passo temeroso demais até mesmo para o czar da Grande Rússia, de modo que Alexandre II se viu forçado pelas contingências a avançar com a abolição da servidão. E os riscos ficavam cada vez mais evidentes de romper com as promessas feitas aos servos, na medida que esses camponeses haviam sido levados a acreditar que o czar lhes reservava maravilhas que jamais haviam experimentado. Diante da lentidão com a qual a questão era levada, a ansiedade dos camponeses se converteu em impaciência e revolta, de modo que insurreições camponesas se proliferavam pela Grande e Pequena Rússia como fogo em um palheiro, espalhando medo nos corações nobres da aristocracia e do czar de que a fúria daqueles servos poderia incinerar a sociedade russa até os ossos. Na dicção de Marx

the peasantry, with exaggerated notions even of what the Czar intended doing for them, have grown impatient at the slow ways of their seigneurs. The incendiary fires breaking out in several provinces are signals of distress not to be misunderstood. It is further known that in Great Russia, as well as in the provinces formerly belonging to Poland, riots have taken place, accompanied by terrible scenes, in consequence of which the nobility have emigrated from the country to the towns, where, under the protection of walls and garrisons, they can bid defiance to their incensed slaves.²⁷ (Marx, 2010b, p. 53)

Assim, Alexandre II considerou que esse seria um momento oportuno para convocar os nobres à capital e por transformar em ação as discussões sobre a necessidade da emancipação dos servos, dando um passo que não poderia reverter exceto se estivesse disposto a ver os camponeses atearem fogo por toda a Rússia. Mas de outro lado, via-se também confrontado pela resistência da nobreza, que se não oferecia resistência aberta à questão e agiam de forma a frear qualquer avanço em direção ao fim da servidão na Rússia, ofereciam um apoio morno à abolição.

Marx sobre o projeto imperial de abolição: “The emancipation question”, partes I e II

No artigo “The emancipation question”, escrito em dezembro de 1858, Marx

²⁷ Os camponeses, com noções exageradas inclusive daquilo que o czar pretendia fazer por eles, haviam se tornado impacientes com os modos lentos de seus senhores. Os fogos incendiários que se iniciaram por diversas províncias são sinais de perigo a não serem mal-compreendidos. Sabe-se ainda que na Grande Rússia, assim como em províncias antes pertencentes à Polônia, revoltas ocorreram acompanhadas de cenas terríveis, em consequência das quais a nobreza emigrou do campo para as cidades, onde, sob a proteção de muros e guarnições, podem desafiar seus escravos inflamados. (tradução livre)

parte para analisar o relatório que foi produzido pela Comissão Imperial Central e entregue para Alexandre II no dia 13 de novembro de 58, documento no qual “*the bases are laid down on which the emancipation of the serfs is proposed to be carried out*”²⁸ (Marx, 2010b, p. 139). Esse relatório continha dez princípios fundamentais que guiariam a abolição da servidão, expressando, ainda que indiretamente, as ideias do czar Alexandre II acerca da grande questão social da Rússia. Na primeira parte do artigo, Marx parte para analisar o que os oito pontos representariam para a nobreza russa e o que daí se poderia esperar para o futuro das relações entre a aristocracia russa e o czar. Na segunda, ele trata do que se poderia esperar dos camponeses.

Conforme apontado por Marx, o relatório de 13 de novembro tratava-se de uma simples continuação ou até mesmo um complemento ao programa que havia sido feito pelo Comitê Central na primavera anterior, o qual tratava-se de “*a mere form [...] which they were expected to fill up*”²⁹ (Marx, 2010b, p. 141) para mostrar à nobreza russa a que direção em que deveriam agir. Contudo, quando mais se entrava na questão do fim da servidão e o que isso significaria para a aristocracia russa, maior era a repulsa da nobreza quanto a tudo, de modo que o plano que deveria ter sido elaborado de forma espontânea pelos nobres do comitê teve de ser elaborado pelo governo oito meses depois. Assim, Alexandre II se viu forçado a cumprir a tarefa que ele esperava ser feita de forma espontânea pelos próprios nobres.

Mas enquanto a nobreza russa não pensava que já era tempo da chegada do 4 de agosto de 1789 na Rússia, que ainda estava distante a necessidade de sacrificar seus privilégios no altar de seu país (Marx, 2010b, p. 141), Alexandre II, um verdadeiro *samoderjetz vserossiisk*³⁰ (Marx, 2010a, p. 141) já havia chegado na Declaração dos Direitos do Homem. Logo no primeiro ponto de seu relatório declarava-se o seguinte

Serfdom and all its attributes are abolished forever, without any consideration being paid to their former proprietors; for, says the report, serfdom was arbitrarily introduced by Czar Boris Godunov, grew by an abuse of power into part and parcel of the common law, and thus, having been created by the will of the sovereign, may also be abolished by the will of the sovereign. As to a pecuniary consideration for its abolition, such a money payment *in return for rights which belong to the peasantry by nature*, and should never have been taken away from them, would form, says the report, a disgraceful

²⁸ São postas as bases sobre as quais se propõe que a emancipação dos servos fosse levada a cabo. (tradução livre)

²⁹ Um mero formulário que deveriam preencher. (tradução livre)

³⁰ Autocrata das Rússias. (tradução livre)

page, indeed, in Russian history³¹. (Marx, 2010b, p. 139) [grifo meu]

O czar proclamava abertamente o fim dos privilégios da nobreza — ou ao menos era como via a nobreza. Ele afirmava que a servidão seria abolida de uma vez por todas e que o seria sem consideração aos seus antigos proprietários, pois uma consideração pecuniária paga pela abolição em troca dos direitos que pertenceriam por natureza aos camponeses e que nunca deveriam ter-lhes sido privados seria uma mácula nas páginas da história russa. Dizia ainda que a servidão havia sido introduzida de forma arbitrária pelo czar Boris Godunov e que se desenvolveu por um abuso de poder e que a partir desse abuso de poder se tornou parte essencial do direito comum e que, como havia sido introduzida pela vontade soberana de um czar, poderia ser da mesma forma abolida.

Em primeiro lugar, é interessante notar como o relatório traz que a servidão teria sido introduzida por Boris Godunov, um czar que era considerado um usurpador (Dunning, 1992) e que não era da mesma dinastia que Alexandre II, e que teria se tornado parte do direito comum russo por meio de um abuso de poder. O relatório convenientemente ignora que, na verdade, a servidão até o reinado de Pedro, o Grande ainda se colocava como uma usurpação ilegal por parte da nobreza e que o czar legalizasse a servidão e colocasse os servos como propriedade privada e hereditária dos nobres, bem como que Catarina, a Grande foi a responsável pelo enservamento de milhões de camponeses durante seu reinado. Assim, a verdade é que a servidão conforme ela existia no século XIX na Rússia foi produto não do abuso de Boris Godunov, mas das reformas promovidas por Pedro, o Grande e por Catarina, a Grande durante o século XVIII (Marx, 2010b, p. 139). Como Marx bem aponta, dificilmente um documento oficial da Rússia czarista mencionaria o papel central que os czares Romanovs tiveram no estabelecimento da servidão como a principal forma de organização do trabalho na Rússia, de modo que recaía sobre Boris Godunov os pecados de seus sucessores (Marx, 2010b, p. 139).

Ademais, é extremamente irônico que o relatório do czar dissesse que não seria paga nenhuma consideração monetária aos antigos senhores dos servos em troca de

³¹ Servidão e todos os seus atributos estão abolidos para sempre, sem qualquer consideração sendo paga aos seus antigos proprietários; pois, diz o relatório, a servidão foi arbitrariamente introduzida pelo czar Boris Godunov, tornou-se a partir de um abuso de poder em parte necessária e inevitável do direito comum, e então, tendo sido criada pela vontade do soberano, pode também ser abolida pela vontade do soberano. Quanto à consideração pecuniária pela sua abolição, tal pagamento monetário em troca do retorno de direitos que pertencem ao campesinato por natureza e nunca deveria ter sido retirados, formaria, diz o relatório, uma página realmente desgraciosa na história russa. (tradução livre)

seus “direitos naturais”, isto é, que não se pagaria o resgate pela liberdade dos servos, quando se sabe que a coisa se deu de forma exatamente oposta. Já o próprio relatório se contradiz, pois no mesmo ponto em que faz essa bela declaração de que os servos não deveriam pagar por sua liberdade estabelecia que os ex-servos ficariam num período de obrigação provisória de 12 anos em relação a seus antigos mestres, período durante o qual haveriam ainda obrigações a serem pagas — se isso não é para o czar uma consideração pecuniária paga aos antigos senhores, o que seria? Sabe-se ainda que depois que a Emancipação foi levada a cabo em 1861, os servos foram efetivamente obrigados a indenizar os seus antigos mestres pelos tributos e serviços que estes não mais poderiam cobrar daqueles, isto é, eram obrigados a pagar o resgate das obrigações que deviam aos seus antigos senhores para serem livres (cf. Marx, 2020, p. 104), de modo que, ao contrário do que foi dito, os ex-servos foram forçados a pagar por sua liberdade.

Por demais, não escapa a Marx a ironia como czarurgia a Rússia que finalmente chegasse em 1789 (mesmo que 69 anos atrasada), que o velho sistema de privilégios tivesse fim e que fosse devolvido aos servos os direitos que lhe pertenciam por natureza (!). Tempos estranhos esses, como diz Marx, em que o ninguém menos que um czar clamava pelos direitos do homem, aquele símbolo de tudo aquilo que havia de mais conservador e antigo na Europa, o soberano de todas as Rússias clamando pelo fim dos privilégios e pelo reconhecimento dos direitos do homem, isto é, pelo reconhecimento do Direito burguês — a igualdade da troca de mercadorias e a liberdade da venda da força de trabalho. Aqui a alusão à Revolução Francesa e o papel que ela desempenhou no desenvolvimento do capitalismo na França é evidente e esclarecedora. Quando o czar clama pelos direitos que pertencem ao servo por natureza, fica claro (e os eventos das décadas seguintes só iriam comprová-lo) que ele clama por nada menos que pela moderna sociedade civil burguesa, pelo desenvolvimento capitalista da Rússia e pelo Direito burguês.

Basta lembrarmos como na segunda metade do século XIX Estado russo assumiria um papel central e ativo na dissolução das estruturas comunais do campo russo e no desenvolvimento do capitalismo na Rússia, nutrindo os “intrusos capitalistas” (Marx, 2013, p. 87) às custas dos camponeses e da comuna agrária russa. Como Marx explica nos rascunhos de resposta à carta de Vera Zasulich, própria dissolução da *obshchina* foi diretamente catalisada pela opressão do Estado russo e pelos “novos pilares sociais” (Marx, 2013, p. 80) que, tutelados pelo Estado, sugavam

até as últimas gotas a vitalidade da comuna agrária russa e dos mujiques. O capitalismo que se desenvolvia na Rússia, segundo Marx, era um “nutrido às expensas dos camponeses por intermédio do Estado” (Marx, 2013, p. 87). Como explica Marx sobre o contexto russo ao fim do século XIX, “à custa dos camponeses, o Estado deu forte impulso aos ramos do sistema capitalista ocidental que, sem desenvolver de nenhum modo as capacidades produtivas da agricultura, são os mais apropriados para facilitar o roubo de seus frutos pelos intermediários improdutivos” (Marx, 2013, p. 79), dando fôlego para que “um novo parasita capitalista” (Marx, 2013, p. 79) passasse a sugar o sangue da já debilitada *obschina*. Assim, não bastasse a carga fiscal com a qual o Estado sufocava a *obschina* desde 1861, o Estado russo abriu as portas para que o vampiro capitalista se juntasse à sangria da comuna agrária. Como coloca Marx “o Estado concorreu para o desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos mais apropriados, a fim de facilitar e precipitar a exploração do agricultor, isto é, da maior força produtiva da Rússia, além de enriquecer os ‘novos pilares sociais’” (Marx, 2013, p. 79). E para que isso tudo fosse possível, era preciso dar fim à servidão na Rússia, essa relação que prendia o trabalhador à terra e a um único senhor, dado que o desenvolvimento de relações capitalistas pressupõe a separação entre produtores e meios e condições de produção (Marx, 2017, p. 786)

Essa alusão aos direitos naturais do homem nos leva a um segundo ponto. Embora seja necessário um grande cuidado ao comparar a situação russa em 1858 e a alemã, aqui não podemos deixar de lembrar daquilo que Marx traz sobre a miséria alemã na década de 40. Na década de 40, a Alemanha se encontrava numa situação semelhante à russa diante da qual nos defrontamos nos textos aqui analisados. Sobre aquele contexto alemão, Marx diz que “a negação de nosso presente político é já um fato empoeirado no quarto de despejo histórico das nações modernas” (Marx, 2010a, p. 146), referindo-se ao fato de que em 1843-1844 a Alemanha vivia um presente político que há muito já havia sido superado pelas nações modernas como a França e Inglaterra, eis que a Alemanha nunca havia passado pelas revoluções de tipo europeu que a França e a Inglaterra haviam vivido: o status quo alemão, ainda marcado pela feudalidade e pelos privilégios, era o passado dessas nações modernas, expressando a “perfeição manifesta do *ancien régime*” (Marx, 2010a, p. 148).

Nesse sentido, “se nego as perucas empoadas, fico ainda com as perucas desempoadas” (Marx, 2010a, p. 146), isto é, negar o presente político alemão da década de 40 ainda assim deixaria a Alemanha no passado das nações europeias

modernas, “quando nego a situação alemã de 1843, não me encontro nem mesmo, segundo a cronologia francesa, no ano de 1789, quanto menos no centro vital do período atual” (Marx, 2010a, p. 146). Em razão desse atraso alemão, saudava-se na Alemanha em 1843-44 “como a aurora de um futuro glorioso que ainda mal ousa passar de uma teoria astuta a uma prática implacável” (Marx, 2010a, p. 149) aquela “situação antiga, apodrecida, contra a qual essas nações se rebelam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões” (Marx, 2010a, p. 149). Isto é, aquilo que se via na Alemanha como um progresso, algo de propositivo, a ‘moderna sociedade civil-burguesa’, já mostrava-se podre e caduco. O que a Revolução Gloriosa havia consolidado na Inglaterra no século XVII e que a Revolução Francesa havia consumado na França no século XVIII havia efetivamente sido revolucionário naquele momento, pois significou a dissolução das relações feudais e possibilitou que a sociedade civil burguesa se colocasse sob seus próprios pés (Marx & Engels, 2005), mas que em 1840 já era uma situação apodrecida, contra a qual esses países se rebelavam teoricamente e suportavam como grilhões. Ali os direitos naturais do homem foram efetivamente uma “força explosiva revolucionária” (Lukács, 2015, p. 169), eis que possuíram diretamente função na derrubada dos alicerces da velha sociedade feudal.

Diante do apelo do czar aos ‘direitos naturais’ do campesinato, não nos escapa o paralelo da miséria russa com a miséria alemã. Todavia, na Rússia de 1858, a coisa se colocava de forma ainda mais cômica que na Alemanha de 1843. Dez anos depois de 1848 — quando a Europa havia sido varrida uma revolução, a arma da crítica havia se tornado a crítica da arma, a teoria havia se tornado força material apropriando-se das massas e o comunismo havia se tornado uma ameaça real à sociedade civil-burguesa — o czar dizia ser tempo da Rússia chegar a 1789. E isso tudo assume uma nova dimensão quando consideramos que, a partir da atuação do Estado russo de modo a trazer a Rússia a 1789 e consolidar ali relações burguesas, a comuna agrária russa seria levada à decomposição — a qual, uma vez desenvolvida a partir da apropriação das riquezas engendrada pelo capitalismo, possuía o potencial de possibilitar a transição da Rússia para uma sociedade comunista sem a necessidade de que a Rússia se tornasse capitalista (cf. Marx, 2013). Não só o czar buscava consolidar na Rússia algo que já demonstrava claros sinais de apodrecimento, mas com isso ele progressivamente destruía a melhor chance que um povo já teve de construir uma forma de sociabilidade superior, isto é, a comunista (Marx, 2013, p. 54).

Referimo-nos aqui ao posicionamento defendido por Marx em 1881 em resposta à carta de Vera Zasulich, em que o autor defende a possibilidade de revolucionar a Rússia a partir da comuna agrária russa — possibilidade que inclusive dependeria da supressão do Estado e do Direito russos, conforme já adiantado (Marx, 2013). Ali o autor de *O Capital* fala no fato de a *obschina* ter sobrevivido com tanta vitalidade até um momento em que não só era contemporânea ao modo de produção capitalista, mas o encontrava em um momento de crise, de maneira que era possível a apropriação das riquezas engendradas pelo modo de produção capitalista no Ocidente (isto é, do desenvolvimento de forças produtivas).

Ela poderia assim, “incorporar as conquistas positivas realizadas pelo sistema capitalista sem passar por seus ‘forcados caudinos’” (Marx, 2013, p. 91), isto é, apropriar dos desenvolvimentos materiais proporcionados pelo capitalismo sem que fosse necessário ela mesma se submeter ao regime capitalista, podendo então “tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna e trocar de pele sem precisar antes cometer suicídio.” (Marx, 2013, pp. 91-92). No entanto, para que isso fosse possível, era necessário antes de tudo colocar a *obschina* em condições normais, isto é, retirá-la do estado sufocado e anêmico em que se encontrava desde a emancipação dos servos graças ao Estado russo e a carga tributária exorbitante que recaía sobre o camponês e aos ramos do capitalismo ocidental que foram impulsionados pelo Estado russo. Assim, fazia-se necessária a uma revolução russa para salvar a comuna agrária russa e colocá-la sob condições normais, o que necessariamente envolveria a supressão do Estado.

Dessa maneira, se na Revolução Francesa os direitos naturais possuíram uma “força explosiva revolucionária” (Lukács, 2015, p. 169), demarcando um rompimento com a feudalidade e com os privilégios e o nascimento da moderna sociedade civil-burguesa, aqui, em 1858 na Rússia não havia qualquer traço disso — o Direito e o Estado possuem na Rússia naquele momento uma função absolutamente regressiva. Na Inglaterra e sobretudo na França, o direito não posto (direito natural) atuou ativamente na tragédia vivida pelo *Ancien Régime* naqueles países (Marx, 2010a, p. 148). Na Rússia, foi um dos protagonistas de sua comédia.

Entretanto, se em 58 Alexandre II acreditava ser hora da Rússia chegar ao menos ao 1789 da França, a nobreza russa sequer não tinha certeza nem disso — ela bem gostaria de retornar a 1789 na Rússia. Se o século XVIII foi a Era de Ouro da nobreza russa, na metade do XIX ela enfrentava um tempo de dificuldades. Marx estima

que 90% da nobreza russa estava profundamente endividada com os bancos de crédito, os quais, por sua vez, eram instituições da Coroa, de forma que a nobreza também devia indiretamente ao Estado (Marx, 2010b, p. 143). A soma total dessa dívida chegava a 400 milhões de rublos de pratas, sendo que cerca de 13 milhões de servos estavam dados de garantia para esses empréstimos. (Marx, 2010b, p. 143) Para piorar, uma das principais formas de ganhos da nobreza constituía ou em vender a força de trabalho de seus servos ou em permitir que seus servos se locomovessem livremente e ganhassem a vida como quisessem em troca de um pagamento anual (*obrok*) (Marx, 2010b, p. 142). Além disso, ainda que os itens VI e IX no relatório assegurasse que os nobres ainda seriam os senhores dos camponeses recém libertos que vivessem em suas propriedades e manteriam assim um certo grau de jurisdição sobre os camponeses, o fim da servidão significava o fim da possibilidade de extorsão livre e desinibida praticada pelos senhores contra seus antigos servos, “*extortions by which a large portion of the Russian nobility have scraped together the means to keep fashionable lorettes in Paris and to gamble at German watering places*”³² (Marx, 2010b, p. 142). Isso na medida que com a emancipação, os servos ganhariam os direitos de todos os outros cidadãos russos, significando inclusive que poderiam então ajuizar ações contra seus senhores e testemunhar contra eles, algo que antes a um servo não era permitido (Marx, 2010b, p. 142). Isso tudo sem mencionar o fato de que o projeto do czar para a emancipação previa a alocação de terras aos servos libertos, as quais deveriam ser dadas pelo ex-senhor dos servos em questão — terras que esses camponeses já ocupavam, sim, mas o faziam sob o controle dos nobres e em troca de serviços e obrigações estipuladas exclusivamente por eles; com a emancipação, os camponeses ocupariam aquelas terras conforme determinação do Estado, com as taxas e serviços estipuladas pela lei.

A emancipação significava, pois, uma enorme perda material para a nobreza e uma séria perda do poder político exercido pela aristocracia russa. A nobreza se recusava a celebrar o 4 de agosto e o czar informava-lhes abertamente que seriam compelidos a fazê-lo — o czar exigia-lhes que abrissem mão resignadamente de grande parte de seus ganhos, além de regular o restante de seus ganhos de forma que não só os limitaria, mas também manteria baixo o limite em questão.

E assim eles o fizeram. Naquele ano de 1858, Alexandre II fez várias viagens

³² Extorsões por meio das quais uma larga porção da nobreza russa juntou os meios para manter elegantes *lorettes* [prostitutas] em Paris e apostar nas termas alemãs. (tradução livre)

pelas províncias russas, dirigindo-se aos seus nobres com arengas que ora assumiam roupas filantrópicas, ora assumiam a forma de exposições didáticas com o fim de persuadir, ora assumiam o tom agudo de ameaça e comando (Marx, 2010b, p. 144). Embora não ousasse dirigir a palavra negativa ao czar e resistir aberta e eloquentemente às propostas do czar, a nobreza respondeu de forma negativa aos sentimentos do czar com silêncio e inatividade. O czar esperava que a nobreza ecoasse suas palavras, que aplaudissem seus sentimentos e que se pusessem em movimento. Ao invés disso, a nobreza manteve-se quieta e adotou como política de seus comitês a procrastinação. Pouco tempo depois, o Comitê de Nobres interrompeu esse silêncio. Os membros do comitê redigiram nada menos que uma “petição de direitos” — Marx alude à *petition of rights* apresentada pelo Parlamento a Carlos I em 1628 —, exigindo um parlamento de nobres para que pudessem discutir com o governo não só a questão da servidão, mas toda ordem de questões políticas. Dessa forma, assim como a nobreza francesa fez em 1788 convocando a *Assemblée des Etats généraux*, a nobreza russa exigia a convocação de uma *Semski Sobor* ou *Semskaja Duma* (Marx, 2010b, p. 145). Com isso, movida pelo interesse de manter a antiquada base social da pirâmide — a servidão e os privilégios da nobreza dela decorrentes — a própria nobreza atacava o ponto de gravitação política dessa pirâmide, o caráter despótico do Estado russo. Contudo, essa pequena convulsão da nobreza não teve nenhum fruto muito significativo, não tendo sequer sido criado o órgão que a nobreza exigiu e toda tentativa posterior por parte da nobreza de manifestar sua oposição ao czar foi abafada ou suprimida e tudo ocorreu *par ordre du moufti*³³ (Marx, 2020, p. 100), segundo a vontade de Alexandre II.

Passemos ao outro lado da questão — os próprios servos.

Como Marx bem nota, 1858 não fora a primeira vez que um czar conjurava a fata morgana na emancipação diante dos servos. Tanto o pai de Alexandre II, Nicolas I, quanto o tio, Alexandre I, fizeram-no. Logo no começo de seu reinado, Alexandre I tentou convocar a nobreza à emancipação dos servos e foi recebido com a mesma frieza e resistência que seu neto seria anos depois. Em 1812, Alexandre I trouxe novamente à tona a questão da libertação dos servos, quando se passou a conceder liberdade aos servos que lutassem na *Narodnoe Opolchenie* [milícia popular] contra a invasão francesa — se não de forma oficial, ao menos com o consentimento tácito do

³³ Segundo a vontade do *moufti*. (tradução livre)

imperador —, na medida que “*the men who had defended Holy Russia could no longer be treated as slaves*”³⁴ (Marx, 2010b, p. 145). Entretanto, a no reinado de Alexandre I questão não avançou mais do que em casos isolados de emancipação.

Morre Alexandre I em novembro de 1825 e em dezembro assume seu irmão mais novo, o grão-duque Nicolas. Apesar do susto que foi o levante Dezembrista no primeiro dia de reinado do novo czar, durante seu reinado, Nicolas I fez diversos *ukases* que restringiam o poder dos nobres sobre os servos, avançando talvez no sentido de emancipar os servos. Em 1842, um *ukase* imperial passou a permitir que os servos celebrassem contratos com seus proprietários acerca dos serviços que aqueles deveriam prestar a estes, o que admitia, ainda que indiretamente, que os servos pudessem pleitear suas causas em juízo contra seus senhores (Marx, 2010b, p. 145). Em 1844, foi baixado um *ukase* que comprometia o governo com a garantia do cumprimento das obrigações relacionadas aos contratos acima. Em 1846, um *ukase* passou a permitir que os servos comprassem sua liberdade caso a propriedade à qual estavam vinculados estivesse para ser vendida. Por fim, em 1847 passou a ser permitido que a corporação dos servos vinculados a uma propriedade que estivessem a venda pudesse adquirir tal propriedade. Esse impulso reformador de Nicolas I foi abruptamente interrompido em 1848. Quanto mais liberdade era dada aos servos, para grande espanto do czar e da nobreza, mais aqueles se demonstravam prontos aproveitar de sua nova condição: o servos passaram a adquirir propriedade atrás de outra e em muitos casos, os nobres haviam se tornado apenas proprietários no nome, tendo sido liberados de suas dívidas pelo dinheiro de seus servos, os quais, por sua vez, haviam se assegurado de sua liberdade e da propriedade das terras (Marx, 2010b, p. 146).

Diante dessa demonstração de grande inteligência e energia por parte dos camponeses — eles estavam gradualmente retirando a nobreza de suas terras e se consolidando como seus donos — e atemorizado pelas revoluções que eclodiam na Europa em 48, as quais tornaram Nicolas um ansioso adepto ao conservadorismo, Nicolas I fez logo questão de recuar e aniquilar as liberdades que haviam sido concedidas. *Ukase* por *ukase*, Nicolas I fez questão de virtualmente anular os atos anteriores e quebrar qualquer esperança de emancipação. Primeiro, em março de 1848 o czar estendeu o direito de compra que antes pertencia somente às associações de

³⁴ Os homens que haviam defendido a Santa Rússia não poderiam mais ser tratados como escravos. (tradução livre)

servos aos servos individuais, de modo a enfraquecer ou até mesmo quebrar as associações que existiam nas vilas camponesas e entre as vilas de um dado distrito, impossibilitando que os servos concentrassem capital suficiente para adquirir as terras (Marx, 2010b, p. 146).

Ademais, foi estabelecido que toda a transação estava condicionada à autorização do antigo senhor, bem como que os servos poderiam adquirir as terras dos nobres, mas não as pessoas vinculadas a elas, significando, portanto, que os servos não mais poderiam adquirir sua liberdade por meio da compra das terras às quais estavam vinculados: pelo contrário, ao comprarem as terras (o que só ocorreria por meio da autorização de seus antigos mestres, reduzindo a possibilidade de toda a transação efetivamente ocorrer), esses camponeses permaneceriam servos (Marx, 2010b, p. 146). Não bastasse, o *ukase* de março de 1848 indiretamente autorizou e até mesmo encorajou que os nobres cujas propriedades estavam, por assim dizer, “*in trust of their serfs*”³⁵ (Marx, 2010b, p. 146) quebrassem essa “confiança” e recuperassem a posse de suas terras, tendo sido toda reclamação levada pelos servos contra os nobres excluídas das cortes. Assim, as terras que as associações de servos conseguiram adquirir autorizados pelo *ukase* de 1847, isto é, autorizados pela lei, foram, também com base na lei (*ukase* de 1848), pouco tempo depois retomadas pelos nobres. De 1848 a 1853, Nicolas I fez questão de esraçalhar as esperanças de liberdade que ele mesmo havia incitado nos servos. Seria só com a Guerra da Crimeia (1853-1856) que as esperanças de emancipação foram reacesas, quando as necessidades da guerra exigiram o armamento dos servos e Nicolas I se viu forçado renovar as promessas de abolição (Marx, 2010b, p. 146).

Depois desses antecedentes, não havia como Alexandre II não se sentir compelido a tratar com seriedade a questão dos servos — só sabe o bom Deus o que teriam feito os camponeses russos se mais uma vez vissem estilhaçadas as promessas que lhes foram feitas de emancipação. Mas isso não significaria que o camponês russo se contentaria com a abolição nos termos que o czar propunha. Afinal, a história russa nos mostra que o campesinato russo não era o “saco de batatas” que fora grande parte do campesinato francês em 1848-1851 (Marx, 2011, p. 142)³⁶: foi o terror das insurreições camponesas que haviam se tornado uma epidemia na Rússia desde 1842 e que haviam se agravado desde a Guerra da Crimeia (Marx, 2010b, p. 147) que

³⁵ Colocados sob a confiança dos servos. (tradução livre)

³⁶ Importante deixar claro que tampouco era todo o campesinato francês um ‘saco de batatas’.

tornaram impossível a Alexandre II postergar a questão da abolição. Marx aponta que de acordo com estatísticas oficiais do Ministério do Interior russo, algo cerca de sessenta nobres eram assassinados anualmente por camponeses. Robinson (1932, p. 49) aponta que nos trinta e cinco anos antecedentes à Emancipação de 1861, foram registradas quase mil e duzentos casos de insubordinação dos servos em propriedades da nobreza, as quais envolviam não alguns servos isolados, mas grupos de servos, vilas inteiras e até mesmo um conjunto de vilas camponesas vizinhas. Alexandre Herzen fala ainda sobre como a primeira metade do século XIX foi marcada por um significativo aumento do "número de processos contra incendiários, a frequência de assassinatos de proprietários de terras, as revoltas camponesas" (Herzen, 2013, p. 166) e como o governo russo fazia de tudo para encobrir o fato de que por toda a Rússia a insatisfação do camponês estourava em violência, dizendo que "poucos sabem o que está ocorrendo sob a mortalha com que o governo encobre cadáveres, manchas de sangue e execuções, anunciando, hipócrita e desdenhosamente, que ali não tem cadáveres, nem sangue" (Herzen, 2013, p. 166).

Em função dessa fúria que movia os servos russos, Marx indagava

What will the peasantry say to a twelve years probation, accompanied by heavy corvées, at the end of which they are to pass into a state which the Government does not venture to describe in any particular? What will they say to an organization of communal government, jurisdiction and police, which takes away all the powers of democratic self-government, hitherto belonging to every Russian village community, in order to create a system of patrimonial government, vested in the hands of the landlord, and modeled upon the Prussian rural legislation of 1808 and 1809? —a system utterly repugnant to the Russian peasant, whose whole life is governed by the village association, who has no idea of individual landed property, but considers the association to be the proprietors of the soil on which he lives.³⁷ (Marx, 2010b, p. 147)

Com razão, Marx avalia que os termos da emancipação seriam absolutamente inaceitáveis aos servos que nas últimas décadas antes da emancipação haviam invadido tantas casas senhoriais e assassinado seus senhores em nome da liberdade

³⁷ O que dirá o campesinato a um período condicional de doze anos, acompanhado de pesadas corveias, no fim da qual eles passarão a um estado sobre o qual o governo não se aventura a descrever nada em particular? O que dirão a uma organização de administração, jurisdição e polícia comunais que retira todos os poderes democráticos de auto-governo, até então pertencente a toda comunidade camponesa russa, de forma a criar um sistema de administração patrimonial investido nas mãos do proprietário de terras e modelado a partir da legislação rural prussiana de 1808 e 1809? — um sistema absolutamente repulsivo ao camponês russo, cuja vida inteira é governada pela associação da vila, e que não tem qualquer concepção de propriedade individual da terra, mas considera ser a associação a proprietária do solo em que ele vive. (tradução livre)

e da terra, de modo que ele previa ser inevitável uma tremenda conflagração entre a população rural russa (Marx, 2010b, p. 147). Isso porque, em primeiro lugar, apesar de todas as promessas do czar de liberdade, de devolver aos servos seus “direitos naturais”, de não exigir dos servos nada em troca da emancipação, os servos não teriam liberdade imediata, pois ficariam sujeitos aos seus antigos senhores por um período de obrigação provisória, durante o qual ainda teriam corveias a pagar aos nobres. Ou seja, durante esse tempo, a situação concreta do camponês em pouquíssimo se diferenciaria de como se encontrava quando ainda era servo. E sabe-se ainda que esse período de obrigação temporária acabou durando para a maioria dos servos mais que 12 anos, pois só terminaria quando o servo pagasse todas as obrigações que devia ao nobre, isto é, depois que completasse o pagamento do seu resgate (Robinson, 1932).

Além disso, para não despir os nobres totalmente de seu poder sobre o camponês, com a emancipação o governo russo reformava completamente a organização das comunidades camponesas, introduzindo uma forma de administração que era totalmente alheia ao camponês russo e submetendo-a totalmente à autoridade dos nobres, que poderiam reverter ou modificar as resoluções tomadas pela comunidade camponesa. Como explica Marx, toda a vida dos camponeses russos era regida pela comunidade da vila e eles não possuíam a “*idea of individual landed property, but considers the association to be the proprietors of the soil on which he lives*”³⁸ (Marx, 2010a, p. 147), de maneira que a tentativa do governo de introduzir um modelo de organização do campo que retirava da comunidade da vila o poder de decidir sobre as questões do camponeses, além de introduzir uma organização baseada na propriedade privada da terra (ideia totalmente alheia ao mujique), fatalmente não seria bem aceita³⁹. E tudo isso se agravava no coração do camponês pelo fato de que estavam absolutamente convencidos — e se guiavam por essa convicção — de que o czar, o batiushka [querido pai ou paizinho] do povo russo (Keep, 1982, p. 48), estava por eles, mas que era impedido de avançar na libertação dos servos (Marx, 2010a, p. 147).

³⁸ Ideia de propriedade individual, mas considera a associação de proprietários do solo em que vive. (tradução livre)

³⁹ Em 1881 Marx retomaria essa ideia em seus rascunhos para resposta à carta escrita a ele pela revolucionária russa Vera Zasulich, nos quais o autor de *O Capital* discute o futuro da comuna agrária russa e seu potencial de servir de base para a transformação da sociedade russa. Nesses esboços, o autor renano retoma como o camponês russo nunca foi proprietário da terra que cultivava.

Sobre tudo isso, Marx conclui que

the Emperor, tossed about between state necessity and expediency, between fear of the nobles and fear of the enraged peasants, is sure to vacillate; and the serfs, with expectations worked up to the highest pitch, and with the idea that the Czar is for them, but held down by the nobles, are surer than ever to rise. And if they do, the Russian 1793 will be at hand; the reign of terror of these half-Asiatic serfs will be something unequaled in history; but it will be the second turning the point in Russian history, and finally place real and general civilization in the place of that sham and show introduced by Peter the Great.⁴⁰ (Marx, 2010b, p. 147)

Embora essa hipótese não tenha se concretizado da forma como o autor renano aqui propôs, não podemos ignorar como aqui é evidente para Marx o potencial revolucionário do camponês russo. Embora o autor aqui ainda não coloque a perspectiva de uma revolução propriamente comunista, uma vez ele traz o campesinato russo atuando de forma semelhante aos jacobinos na França revolucionária, que deram o golpe fatal na velha sociedade feudal francesa e possibilitaram que a sociedade civil burguesa se colocasse sobre seus pés, Marx trata aqui de um real potencial que uma revolta camponesa teria de transformar radicalmente a sociedade russa, de retirá-la da estagnação na qual era mantida pelas velhas estruturas e de lançá-la a um novo momento de sua história. Isso se torna ainda mais interessante quando trazemos o já aludido posicionamento defendido por Marx em 1881 em resposta à carta de Vera Zaslitch, em que o autor defende a possibilidade de revolucionar a Rússia a partir da comuna agrária russa.

Sobre a reação dos servos à forma como se propunha a emancipação, em certa medida Marx também estava correto. De fato, os servos não se contentaram com os termos de sua emancipação e nos quatro meses seguintes à Emancipação, foram registradas mais de 600 revoltas camponesas movidas por rumores de que uma emancipação mais completa fora planejada pelo czar, mas que teria sido escondida dos camponeses pelos nobres (Robinson, 1932). Todavia, essas revoltas foram logo suprimidas e não se desenvolveram em algo maior do que insurreições isoladas. Contudo, a sociedade russa realmente sofreu transformações profundas a partir das

⁴⁰ O imperador, jogado entre necessidade do Estado e expediência, entre medo dos nobres e medo dos camponeses enfurecidos, certamente vacilará; e os servos, com expectativas levadas até o ápice, e com a ideia de que o czar é por eles, mas é impedido pelos nobres, certamente se insurgirão. E se o fizerem, o 1793 russo terá chegado; o reinado de terror desses servos maio-asiáticos será algo sem precedentes na história; mas será o segundo ponto de inflexão na história russa, e finalmente implementará uma civilização real e geral no lugar da farsa introduzida por Pedro, O Grande. (tradução livre)

reformas do czar, embora não da forma ou no sentido que Marx propôs em 1858 — pelo contrário. Depois da emancipação, os ex-servos foram lançados em uma situação de miséria que em alguns casos chegavam a ser pior do que antes da abolição, tanto em razão do pagamento do preço de resgate que foram obrigados a pagar por sua liberdade e pelas terras que lhes foram concedidas, quanto pela pesada carga tributária que recaía sobre os camponeses — por exemplo, comparando a quantidade de tributos pagos pelos nobres na década de 1870 e o que os camponeses pagavam aos Estado russo, o total de tributos pagos pela nobreza era cerca de um décimo daquilo que os camponeses deviam ao Estado (Robinson, 1931, p. 95).

Em seus cadernos dedicados ao estudo da situação russa depois da Reforma de 1861, Marx aponta que a maior parte do orçamento do Estado russo em 1864 era proveniente de impostos sobre os camponeses (117 milhões de rublos de impostos diretos e 231 milhões de rublos de impostos indiretos) (Marx, 2020, p. 120). Para arcar com a enorme carga de suas obrigações, muitos camponeses se viam forçados a complementar seus ganhos de outras formas, como a venda de sua força de trabalho, pois era impossível cumprir com todos os pagamentos apenas com seus ganhos advindos da atividade agrícola (Robinson, 1932).

Ademais, Marx aponta em seus cadernos que o nadel concedido aos camponeses ou era de tamanho insuficiente — o que ocorria com frequência nas férteis terras negras, pois quanto mais fértil era a terra, menores eram os lotes de terras concedidos aos camponeses — ou era de baixa fertilidade, de modo que se viam forçados a arrendar terras ou recrutar mão de obra assalariada, fazendo com que os conflitos de interesses inerentes à *obschina* se aflorassem e se desenvolvessem, acelerando a decomposição da comuna agrária na medida que provoca a dissolução de seu elemento igualitário (cf. Marx, 2013). Isso sem mencionar que normalmente os lotes de terras não tinham áreas de pastagem ou floresta, fazendo com que os camponeses precisavam arrendar essas áreas de seus antigos senhores, mantendo-se economicamente dependentes destes (Marx, 2020, p. 108).

Esses dados só arranham a superfície de como a forma pela qual o Estado russo emancipou os servos lançou os camponeses numa situação de miséria por ele próprio engendrada — não só por meio da carga tributária colossal que recaía sobre os camponeses, mas também pelo incentivo dado pelo Estado aos “intrusos capitalistas”, que também passariam a viver da exploração do camponês —, fazendo com que a comuna agrária russa, que até 1861 encontrava-se com bastante vitalidade, fosse

colocada numa situação de anemia extrema até que em 1881 estivesse quase extinta (Marx, 2013, p. 79) e, com isso, se esvanecesse a “melhor chance que a história já ofereceu a um povo” (Marx, 2013, p. 54) para desenvolver uma sociedade comunista.

Assim, de um lado o czar se encontrava pressionado a fazer a questão da emancipação avançar por medo de ver o povo tomar a questão com suas próprias mãos. Por outro lado, o czar via seus avanços freados pela nobreza russa, que de forma alguma estava pronta a abrir mão dos privilégios associados à servidão. Em meio à essa perigosa situação, Alexandre II se via forçado a agir. Sobre esse contexto, em dezembro de 1859 Marx escreveu em uma carta a Engels que “*in Russia the movement is progressing better than anywhere else in Europe. On the one hand the constitutionalism of the aristocracy versus the Tsar, on the other of the peasants versus the aristocracy*”⁴¹ (Marx, 2010c, p. 522). Marx via nas agitações que estouravam na Rússia, na forte contradição que marcava as relações entre Estado, camponeses e aristocratas russos como sinais de uma revolução gestando no ventre da Rússia, onde na década de 50 as coisas se desenvolviam mais rápido que em qualquer outro lugar na Europa. Nota-se, contudo, que Marx não atribui propriamente às ações do czar e do Estado russo a rapidez com que as coisas mudavam na Rússia, sim à tensão entre os principais elementos sociais russos, a qual os planos do czar de abolir a servidão somente alimentava — essa tensão já existia ali, tendo inclusive o czar por elas tenha sido forçado a avançar com a questão da emancipação. Em razão disso tudo, Marx escreve a Engels que “*come the next revolution and Russia will oblige by joining in*”⁴² (Marx, 2010c, p. 522) — viesse a próxima revolução, escrevia Marx, e a Rússia não desempenharia a mesma função que teve em 1848.

Em janeiro de 1861, Marx escreve à Engels expressando as mesmas convicções de dezembro de 1859. Ele escreve a Engels que “*In my view, the most momentous thing happening in the world today is the slave movement—on the one hand, in America, started by the death of Brown, and in Russia, on the other*”⁴³ (Marx, 2010d, p. 4). O autor renano considerava, portanto, que o desenvolvimento da questão dos servos na Rússia junto com a questão dos escravos norte-americanos eram os dois

⁴¹ Na Rússia, o movimento está progredindo melhor do que qualquer outro lugar na Europa. De um lado, o constitucionalismo da aristocracia versus o czar, do outro, os camponeses versus a aristocracia. (tradução livre)

⁴² Venha a próxima Revolução, a Rússia irá atender juntando-se. (tradução livre)

⁴³ A meu ver, a coisa mais momentosa acontecendo no mundo nesse momento é o movimento escravagista — em uma mão, na América, começado pela morte de Brown, e na Rússia, de outra. (tradução livre)

eventos mais relevantes naquele momento. Marx via na forma como a questão dos servos movia na Rússia na década de 1860, com revoltas camponesas eclodindo por toda a Rússia, como um dos principais desenvolvimentos que ocorria no mundo naquele momento: na Rússia, país em que a servidão havia subsistido por tanto tempo e que era a base de toda sua ordem vigente, os servos estavam sendo emancipados e isso inevitavelmente levaria a profundas transformações naquele país retrógrado — quem sabe, até mesmo uma revolução. Sobre isso, Marx continua:

You will have read that the aristocracy in Russia literally threw themselves into constitutional agitation and that two or three members of leading families have already found their way to Siberia. At the same time, Alexander has displeased the peasants, for the recent manifesto declares outright that, with emancipation, 'THE COMMUNISTIC PRINCIPLE' must be abandoned. Thus, a 'social' movement has been started both in the West and in the East. Together with the impending DOWNBREAK in Central Europe, this promises great things.⁴⁴ (Marx, 2010d, p. 4)

Assim, Marx considerava que toda a questão da servidão — as ações do Estado, que claramente não levavam em consideração os interesses ou o bem estar dos servos emancipados; a reação constitucionalista da aristocracia, que atacava o “ponto de gravitação político” de toda a estrutura da sociedade russa; a inquietação polvorosa dos servos insatisfeitos com a forma como a abolição era promovida — eram sinais de que eram iminentes e profundas transformações na Rússia. Tanto no Oeste, com as movimentações relativas à escravidão norte americana, quanto no Leste, com as movimentações da abolição da servidão na Rússia iniciavam-se movimentos ‘sociais’, no sentido de que eram iminentes profundas mudanças nessas sociedades, possivelmente uma revolução.

Conclusão

Ainda que de forma alguma objeto do presente artigo tenha sido exaurido, foi aqui exposto em linhas gerais o papel do Estado e do Direito russos na abolição da servidão na Rússia e o que Marx teve a dizer sobre esse papel. Tendo sido abolida a servidão russa por meio de uma reforma conduzida pelo Estado, seu escopo foi

⁴⁴ Você terá lido que a aristocracia na Rússia literalmente se jogou em uma agitação constitucional e que dois ou três membros de famílias importantes já encontraram seu caminho para a Sibéria. Ao mesmo tempo, Alexander desagradou os camponeses, pois o manifesto recente declara diretamente que, com a emancipação, o “PRINCÍPIO COMUNISTA” deverá ser abandonado. Assim, um movimento ‘social’ começou tanto no oeste quanto no leste. Junto do colapso iminente na Europa Central, isso promete grandes coisas. (tradução livre)

extremamente limitado, tendo seus resultados beirado a catastróficos para o povo russo. Como Marx bem resume a situação, “Alexandre II estava decidido desde o início a dar aos proprietários tanto quanto possível e aos camponeses tão pouco fosse possível” (Marx, 2020, p. 100).

Ficou claro também que a emancipação dos servos foi executada em 1861 por Alexandre, “o Libertador” sem qualquer propósito real de realmente emancipar os servos, dado que a situação que fora legada o czar por seus antecessores era uma insustentável, tendo se tornado imperativo o Estado abolir a servidão de modo a evitar que os servos se emancipassem por suas próprias mãos. Também se evidenciou a ausência de qualquer função progressista do Estado e do Direito na Rússia, pois não só aquilo que era almejado pelo czar era o desenvolvimento de relações que na Europa já evidenciavam seu estado de decrepitude e apodrecimento absolutos, mas também a forma como se libertou os camponeses da servidão somente os lançou em uma nova situação de miséria aguda. Apesar de Marx não ver nas ações do Estado russo qualquer caráter efetivamente progressista, também ficou claro como para Marx havia naquele momento na Rússia um real potencial para a transformação daquele país, possivelmente de forma revolucionária, potencial esse que o autor renano considerava ser possível de ser realizado pelos camponeses russos.

Referências bibliográficas

- DUNNING, C. **Cossacks and the southern frontier in the Time of Troubles**. Russian History, vol. 19, n. 1/4, 1992, pp. 57-74
- HERZEN, A. Literatura e pensamento social depois do 14 de dezembro de 1825. In: GOMIDE, B (org.). **Antologia do Pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2013. pp. 163-186
- JONES, R. **The emancipation of the russian nobility, 1762-1785**. Princeton: Princeton University Press, 1973
- KEEP, J. Emancipation by the Axe? Peasant Revolts in Russian Thought and Literature. *Cahiers du Monde russe et soviétique*, v. 23, n. 1, Jan/Mar 1982, pp. 45-61
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, volume II. São Paulo: Boitempo, 2015
- MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a
- MARX, K. **O Capital**, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, K. **Últimos Escritos Econômicos**. São Paulo: Boitempo, 2020
- MARX, K & Engels, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005
- MARX, K & Engels, F. **Marx Engels Collected Works**, v. 16. Londres: Editora Lawrence & Wishart, 2010b
- MARX, K & ENGELS, K. **Marx Engels Collected Works**, v. 40. Londres: Editora Lawrence & Wishart, 2010c
- MARX, K & ENGELS, K. **Marx Engels Collected Works**, v. 41. Londres: Editora Lawrence & Wishart, 2010d

- MARX, K & ENGELS, K. **Marx Engels Collected Works**, v. 45. Londres: Editora Lawrence & Wishart, 2010e
- MARX, K & ENGELS, K. **Luta de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2017
- MERVAUD, M. Les conflits avec les « marxides » : note sur les rapports de Herzen et de Marx. **Revue des études slaves**, v. 83, n. 1, 2012, pp. 163-183
- ROBINSON, G. T. **Rural Russia under the Old Regime**. Nova Iorque: Macmillan Company, 1932
- SARTORI, V. B. O Direito e o Estado czarista de encontro com a comuna rural russa: uma análise da possibilidade de uma “revolução russa” a partir de Marx e Engels. In: Batista, F & Machado, G. (org). **Revolução Russa, Estado e Direito**. São Paulo: Dobradura Editorial, 2017
- SARTORI, V. Sobre reconhecimento oficial, a crítica ao direito natural e a justiça na obra madura de György Lukács. **Revista Sapere Aude**, v. 23, n. 25, jan/jul 2022, pp.158-171
- SHANIN, T. **Marx Tardio e a Via Russa**. São Paulo: Expressão Popular, 2017
- STANZIANI, A. Serfs, slaves, or wage earners? The legal status of labour in Russia from a comparative perspective, from the sixteenth to the nineteenth century. **Journal of Global History**, v. 3, n. 2, Jul. 2008, pp 183-202
- YARMOLINSKY, A. **Road to Revolution: a century of Russian Radicalism**. Princeton: Princeton University Press, 1956

Como citar:

SOUZA, Gabriella M. Segantini. Alexandre, o pequeno: Marx e a abolição da servidão na Rússia. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 29, n. 1, pp. 433-464; jan.-jun., 2024.